

Atualizações de legislação no Brasil

Projeto de Lei nº
2338/2023 –

Estabelecendo um
arcabouço legal sobre
Inteligência Artificial

Regulamentação da Inteligência Artificial (IA) do Brasil

- O Projeto de Lei de IA foi aprovado pelo Senado do Brasil e agora será revisado pela Câmara dos Deputados, antes da potencial sanção presidencial.
- Existem disputas entre o governo Lula e políticos alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, com concessões feitas sobre "integridade da informação", mas manteve-se a compensação financeira por direitos autorais pelo uso de dados para treinamento de IA.
- O Projeto de Lei enfatiza o respeito aos direitos humanos, a não discriminação, a sustentabilidade ambiental, a privacidade, a transparência e a supervisão humana no desenvolvimento e uso de IA.
- Os sistemas de IA são categorizados por níveis de risco, com categorias de alto risco exigindo padrões mais rigorosos de governança e transparência.
- Autoridades reguladoras garantirão a conformidade e podem impor sanções.
- Os sistemas de IA que usam material protegido por direitos autorais para treinamento devem compensar os detentores de direitos, incluindo pagamentos retroativos por coleta não autorizada de dados.
- Os indivíduos têm o direito de ser informados sobre as decisões de IA, contestar os resultados, solicitar intervenção humana e optar pelo não uso dos seus dados.
- Violações podem levar a multas de até R\$ 50 milhões e proibições de testes de sistemas de IA por até cinco anos, tornando a IA que não segue as regras ilegal no Brasil.

Regulamentação

O Congresso brasileiro atualmente discute um Projeto de Lei (PL que propõe a criação de uma regulamentação da Inteligência Artificial (IA) no país.

O texto do Projeto de Lei (PL) foi aprovado em 12 de dezembro de 2024 durante uma sessão plenária do Senado, marcando o progresso para o que pode se tornar uma das primeiras leis do mundo a regulamentar a IA. O texto seguirá para a Câmara dos Deputados para revisão e novos debates. Se aprovado por ambas as casas, o PL será enviado para sanção presidencial.

O Projeto de Lei de Inteligência Artificial nº 2338/2023, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco, estabelece diretrizes para o desenvolvimento, implementação e uso responsáveis de sistemas de IA no Brasil. O projeto de lei visa proteger direitos fundamentais, garantindo que os sistemas de IA sejam seguros, transparentes e responsáveis, promovendo a dignidade humana e os valores democráticos.

O texto aprovado é um substitutivo proposto pelo senador Eduardo Gomes, com base no Projeto de Lei 2.338/2023, originalmente apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Este projeto, por sua vez, teve origem em uma minuta elaborada por uma comissão de juristas. Antes de chegar ao Plenário do Senado, a matéria foi analisada pela comissão temporária sobre o tema, onde foram realizadas 14 audiências públicas com a participação da sociedade civil e de diversos setores (públicos e privados), além de especialistas em tecnologia e inovação.

Contexto

Os debates sobre o PL incluíram uma disputa entre parlamentares alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro e às Big Techs e, do outro lado, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo cedeu a pressões ao remover o conceito de “integridade da informação” do Projeto de Lei — mas o pagamento de direitos autorais por conteúdo usado em treinamentos de IA, outra prioridade do governo, foi mantido no texto. Outra vitória da oposição foi a retirada das plataformas de redes da internet da lista de sistemas de IA classificados como de alto risco, o que as sujeitaria a regulamentações mais rígidas.

O relator do PL, senador Eduardo Gomes (PL-TO), aceitou uma emenda do senador Marcos Rogério (PL-RO) que excluía sistemas de curadoria, disseminação, recomendação e distribuição automatizada de conteúdo da categoria de alto risco. Esses são os algoritmos usados por empresas como YouTube, Google, X, TikTok e Meta para distribuir e recomendar conteúdo.

As discussões sobre a regulamentação da IA começaram em 2022, mas foi somente em 2023 que um comitê foi formado para reunir informações, realizar audiências públicas e consultar especialistas para redigir o projeto de lei.

Principais disposições

Princípios: A IA deve respeitar os direitos humanos, a não discriminação, a sustentabilidade ambiental e a privacidade. A lei exige transparência, justiça e supervisão humana.

Direitos: Indivíduos afetados por decisões de IA têm o direito de ser informados, entender decisões, contestar resultados e exigir intervenção humana.

Categorias de risco: Os sistemas de IA são categorizados por níveis de risco. Os sistemas de alto risco (por exemplo, saúde, justiça e veículos autônomos) devem atender a requisitos rígidos de governança, transparência e segurança.

Governança: Desenvolvedores e operadores devem conduzir avaliações de risco, documentar processos e garantir justiça. Sistemas de IA que representam risco excessivo são proibidos.

Supervisão regulatória: Uma autoridade supervisionará a conformidade, imporá sanções e garantirá transparência. As sanções incluem multas de até R\$ 50 milhões.

O projeto de lei designa dois órgãos de supervisão: o Sistema Nacional de Regulação e Governança de IA (SIA) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O SIA conduzirá auditorias internas para garantir a conformidade com a IA, mantendo a confidencialidade dos segredos comerciais e industriais. Ele determina se um sistema de IA está em conformidade com a lei.

Direitos autorais

O PL inclui uma disposição sobre a remuneração pelo uso de direitos autorais por dados e conteúdos usados para treinar modelos de IA.

O documento descreve que conteúdo protegido por direitos autorais pode ser usado em mineração de texto para desenvolver sistemas de IA por instituições como órgãos de pesquisa, veículos de jornalismo, museus, bibliotecas, arquivos e organizações educacionais.

No entanto, esse uso deve ser legítimo, não comercial e estritamente limitado ao propósito da atividade. O objetivo principal não pode ser reproduzir, exibir ou distribuir o conteúdo, e os interesses econômicos dos detentores de direitos não devem ser injustificadamente prejudicados. Os detentores de direitos mantêm a autoridade para proibir o uso de seu conteúdo em contextos fora desses cenários especificados.

Para sistemas de IA que estão disponíveis comercialmente, o uso de material protegido por direitos autorais durante seus processos de desenvolvimento, treinamento ou mineração exigirá compensação para os detentores de direitos. O projeto de lei inclui disposições retroativas — autores cujo conteúdo foi previamente “raspado” sem autorização para treinamento de modelo de IA teriam direito a remuneração.

Além disso, quando os sistemas de IA usam imagens e vozes de indivíduos, eles devem respeitar os direitos de personalidade conforme definido pelo Código Civil. Isso inclui obter consentimento prévio e evitar danos à honra, reputação ou privacidade de uma pessoa, com potenciais consequências legais para violações.

Definições

O PL define Sistemas de IA como algoritmos, modelos ou softwares que operam de forma autônoma e podem gerar previsões, conteúdos ou recomendações com base em conjuntos de dados.

Esta definição é distinta de sistemas de IA de propósito geral (modelos treinados em dados capazes de executar várias tarefas, incluindo aquelas para as quais não foram projetados especificamente) e sistemas de IA generativos (modelos que podem modificar ou criar conteúdo usando informações geradas pelo próprio modelo, como ChatGPT).

O Projeto de Lei garante certos direitos para indivíduos afetados por sistemas de IA. Isso inclui saber se seus dados estão sendo usados para treinar ou alimentar modelos de IA e a capacidade de remover ou optar por não ter seus dados usados, semelhante à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Além disso, indivíduos impactados negativamente pela IA, independentemente do nível de risco, podem buscar explicações legais para ações de IA. O projeto de lei não especifica potenciais reparações judiciais, multas ou penalidades por danos pessoais causados por sistemas de IA.

Violações da lei podem resultar em multas de até R\$ 50 milhões e proibição de testar a tecnologia por até cinco anos, efetivamente tornando a plataforma de IA ilegal no Brasil.

Momentum

Journalism & Tech Task Force

momentumnewsandtech.org